



EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE UMA EXPERIÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

Jaime José Zitkoski*
jaime.jose@ufrgs.br

RESUMO

O texto busca contribuir na discussão da temática Educação Popular e Economia Solidária com enfoque nos processos pedagógicos vivenciados em uma experiência de organização popular, que se desenvolve a partir da iniciativa do Movimento Social Popular. O universo empírico da investigação está diretamente relacionado com projetos de empreendimentos cooperativados e associativos, que buscam construir alternativas socioeconômicas e de mudanças culturais na perspectiva da organização da vida em sociedade a partir do desafio da emancipação social. O objetivo central do estudo, além de contribuir para a análise de experiências em curso de associativismo e Economia Solidária no estado do RS, é conhecer os processos pedagógicos que estão sendo construídos nas relações entre os diferentes saberes dos sujeitos envolvidos diretamente nos projetos associativos e as relações destes com os processos sociais mais amplos. Com essa finalidade, buscarei discutir os caminhos de elaboração e socialização dos conhecimentos voltados para o desafio de uma práxis de transformação social a partir de projetos que lutam para a efetiva construção de um *novo ethos cultural* na América Latina. Nessa perspectiva, a obra de Freire é a referência central para analisarmos a coerência pedagógica de projetos sociais voltados para uma transformação cultural necessária, que busque viabilizar uma nova cultura fundamentada no princípio do trabalho coletivo e solidário.

Palavras- Chave: Educação. Economia Solidária. Movimentos Sociais.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Popular constitui-se em uma diversidade de experiências pedagógicas e de formação humana que convergem para o desafio da emancipação social e da reinvenção nas formas de produzir a vida em sociedade. O trabalho associativo, organizado de forma coletiva nas experiências de Economia Solidária, emerge como uma perspectiva de Educação Popular diretamente engajada na luta por um novo projeto de sociedade, que aponta para além da lógica capitalista e dos socialismos históricos. Pois, é a partir do trabalho coletivo e da organização da vida de forma solidária, começando pelo atendimento a suas necessidades de básicas, que as classes populares vão (re)inventando sua cultura e se educando na busca de produzir sua própria

* Professor de filosofia da educação na FAGED/UFRGS e no PPG de Educação na mesma universidade.

forma de sustentação ao defenderem uma existência digna lutando para superar na vida prática a lógica do capital.

Nesse sentido, entendo por Educação Popular os amplos processos socioculturais inerentes às formas de organização da vida comunitária e a construção de saberes que emergem da luta cotidiana do povo para atingir uma vida mais digna. É o povo que se educa a si mesmo a partir de formas alternativas de produzir a vida e, com essa dinâmica, vai produzindo cultura e história que revelam “saberes de experiência feito” (FREIRE, 1997). Uma das formas em que se manifesta a dinâmica da Educação Popular realizada pelo próprio povo é nos grupos sociais diretamente envolvidos com os projetos de *economia solidária* e na relação destes com o contexto sócio-político mais amplo. Pois, educação caracteriza-se, nessa perspectiva, como sinônimo de *humanização* (FREIRE, 1994) e de mudança da qualidade de vida a partir da organização social e da efetivação concreta de projetos voltados para a organização de uma vida comunitária e socialmente emancipatória.

O desafio se coloca na produção de uma *nova cultura*, solidária, democrática e libertadora em relação aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da vida de cada pessoa que participa diretamente das iniciativas e propostas de economia solidária. A categoria *trabalho* – e a discussão da organização coletiva do mesmo – emerge como a categoria central nesse desafio de produzir *uma nova cultura* em sociedade.

2 EDUCAÇÃO POPULAR E CULTURA DA SOLIDARIEDADE

No atual contexto da sociedade brasileira despontam inúmeras iniciativas de economia solidária e popular, no campo e na cidade, que demonstram um novo potencial para enfrentar as graves consequências do processo de exclusão social que está em curso na lógica do mercado mundial sob a égide das políticas neoliberais. Mais do que completar o Estado Social, que no Brasil nunca chegou a existir de forma plena, a economia popular e solidária busca responder diretamente a crise do emprego assalariado, reinventando as formas de planejar o trabalho via os processos de organização da produção associativa e do consumo solidário e justo em diversas modalidades de empreendimentos, que superam a lógica capitalista das relações de trabalho, produção e acesso a renda. Ou seja, “desempregados e subempregados juntam saberes e força de trabalho e constituem pelo país afora grupos ou associações produtivas, ou até mesmo novas

empresas prestadoras de serviços. Os ramos mais comuns de atividades são artesanato, confecção, reciclagem, alimentação, agroecologia e serviços em gerais” (PINTO, 2006, p. 33).

Mas, não se trata apenas de se obter trabalho e renda, por meio de empreendimentos cooperativados e/ou de economia solidária. O que nos interessa discutir é se de fato emerge uma nova cultura nas relações mediadas pelo trabalho associativo via economia solidária e se este produz novos significados, novas solidariedades, que re-qualifiquem o sentido do trabalho, da produção e do consumo.

Há fortes motivos que podemos destacar na atualidade como razões para a busca da discussão no campo da Educação Popular, bem como a reorganização prática dos Movimentos Sociais Progressistas que convergem para a construção da emancipação social. Dentre eles, impõem-se a nós, hoje, a análise mais detalhada da crise dos paradigmas tradicionais nas dimensões da economia, da política e da organização social, além dos desafios da Educação Popular frente ao mundo cultural contemporâneo e a necessidade da reinvenção do poder enquanto projeto emancipatório dos povos oprimidos a nível mundial.

A reflexão sobre os desafios futuros da Educação Popular precisa enfrentar o debate sobre a construção de um novo projeto de sociedade, para além do socialismo autoritário e do atual capitalismo global, altamente excludente em termos humanos e sociais, além de mostrar-se cada vez mais destrutivo em relação ao planeta e, portanto, ser insustentável para o nosso futuro enquanto humanidade.

Discutir um *novo projeto social* requer, sobretudo, muita ousadia, criatividade e esperança das classes populares na busca de “reinventar o poder” enquanto meta prática das organizações e atividades locais articuladas com movimentos de estratégias políticas mais amplas (SANTOS, 2002b), inclusive de âmbito internacional. Ou seja, os Novos Movimentos Sociais (NMS), que emergem no atual cenário político-social cada vez mais mundializado, necessitam organizar-se à luz de articulações mais globais, a exemplo das iniciativas articuladas a partir do Fórum Social Mundial. Tais iniciativas emergem com o objetivo de enfrentar as consequências da globalização neoliberal excludente e perversa para bilhões de pessoas no mundo todo, que ignora os problemas de ordem social, cultural, política e do cotidiano da população, produzidos pela própria lógica dos mercados controladores das sociedades em nível mundial, que exclui milhões de pessoas de seus postos de trabalho e do acesso às condições sociais para uma vida digna. Assim,



A emancipação pela qual se luta, tem como objetivo transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não em um futuro distante. Ou a emancipação começa hoje, ou não começa nunca mais. Isso justifica por que os NMSs, com exceção parcial do movimento ecológico, não se mobilizam por responsabilidades intergeracionais. (SANTOS, 2005, p. 178).

A exemplo dessa tendência nos Movimentos Sociais, a Economia Solidária revela seu potencial de resistência e construção de alternativas a partir da necessidade de hoje repensarmos as lógicas da produção da vida em sociedade. (SANTOS, 2002a). As iniciativas são pequenas, localizadas, mas que podem evoluir para redes mais articuladas e produzirem resistências de maior volume na busca da superação da lógica dos sistemas (enquanto base do paradigma regulatório).

3 EDUCAÇÃO POPULAR, PARTICIPAÇÃO E TRABALHO COLETIVO

A reinvenção do poder é, sem sombra de dúvida, o desafio mais crítico e exigente no âmbito da luta das classes populares. Não basta apenas lutar pela conquista do poder à semelhança das estratégias tradicionais de um passado recente, que, na grande maioria de suas concretizações práticas, resultou em amplas frustrações das expectativas sociais e da esperança das classes populares por transformações substanciais da vida concreta.

Para além da estratégia de conquista do poder, faz-se necessário organizar o embate político para a construção de novas relações sociais, verdadeiramente democráticas, implicando, assim, outros valores culturais, que possam efetivamente construir a reinvenção da democracia superando seu modelo puramente representativo, hoje profundamente desgastado e ineficiente frente às demandas sociais. Nessa direção, faz-se necessário aos Movimentos Sociais, organizar embates práticos que ocupem espaços político-sociais desde o poder instituído para, de modo estratégico e gradativo, recriar as estruturas sociais e políticas. E, nessa direção, através de movimentos articulados em rede – fortalecendo as experiências de solidariedade locais – construir a cidadania coletiva e emancipatória em direção a um novo projeto de sociedade (SANTOS, 2002a).

Torna-se necessário à Educação Popular, que busca desenvolver alternativas de emancipação social, construir um horizonte novo de poder, que potencialize os espaços sociais quotidianamente vivenciados pelas classes populares. Nessa perspectiva, Freire (1993) aponta que uma das estratégias que emerge da sabedoria do povo é a união entre diferentes setores sociais que sofrem a opressão para construir um poder capaz de enfrentar os opressores e transformar a realidade que os oprime.

Nesse sentido, reinventar o poder exige, também, que já as formas de conquistá-lo sejam essencialmente diferentes das práticas autoritárias sofridas historicamente pelos oprimidos. Um primeiro desafio é construir novas relações começando pela organização do trabalho a partir da perspectiva das classes operárias se organizando em autogestão dos processos produtivos.

Um exemplo ilustrativo desse desafio acima apontado é a luta pela terra liderada pelo *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)*, que já nas formas de organizar a luta e desenvolver projetos de Reforma Agrária busca priorizar o interesse coletivo e superar o individualismo e a fragmentação, que perpassam a cultura hegemônica (da lógica do capital).

Dessa forma, a organização de experiências de economia solidária no RS revelam a possibilidade e a viabilidade econômico-social dessas alternativas, além de colocarem para a sociedade civil o desafio e as vantagens de se organizarem em redes de solidariedade para a produção, o consumo e as trocas de experiências de vida. Nessa direção, buscaremos relatar alguns aspectos de uma experiência de Economia Solidária que está em vigor há mais de 20 anos em um dos assentamentos do MST, localizado no município de Charqueadas-RS, que leva o nome *Assentamento Trinta de Maio* e fica situado a 5 Km da cidade de Charqueadas-RS, próximo da colônia penal.

Já no final do ano de 1990, 46 famílias que hoje formam o Assentamento Trinta de Maio, conquistam de forma definitiva uma área de 850 hectares de terra, desmembrada da área de 1.600 hectares onde localiza-se a Colônia Penal Agrícola Daltro Filho, pertencente à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Esse grupo de agricultores passou a organizar o seu trabalho de forma coletiva e solidária, demonstrando capacidade de planejamento através da produção agropecuária e de hortifrutigranjeiros.

No início das atividades 46 famílias assentadas ligadas ao MST atravessaram muitas dificuldades para serem reconhecidos como agricultores que se utilizam da terra para dela tirar o seu sustento. Aos poucos, a própria comunidade do município de Charqueadas foi percebendo e

reconhecendo a importância dos “colonos do assentamento”, como são conhecidos na região. Pois, o trabalho grupo de agricultores começou a contribuir para o desenvolvimento local sustentável e da economia solidária, através da produção de gêneros alimentícios livres de agrotóxicos como o arroz, o milho, ovos, frutas, legumes, verduras, queijo, mel, pães, leite e carne, bem como, através de atividades culturais promovidas pelo próprio assentamento, como confraternizações, místicas, atividades religiosas, torneios esportivos, formação política, cultural e, sobretudo, educacional.

O Assentamento Trinta de Maio, da forma como hoje está constituído, é resultado de um movimento consistente e duradouro de lutas políticas de centenas de famílias de agricultores pertencentes ao MST, que cobravam do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a necessidade urgente de assentá-las. O assentamento está localizado em uma área territorial cercada por um complexo penitenciário, sendo o mais próximo deles, a Colônia Penal Agrícola G. Daltro Filho. Localizada em uma das duas estradas de chão batido que oferece acesso à agrovila, a casa prisional que mantém o sistema de reclusão conhecido como semiaberto, onde mantém mais de 200 detentos.

Conquistada a terra na área referida acima, as 46 famílias iniciaram um debate interno com o Movimento para decidir qual seria o modelo de organização de trabalho que mais se adequasse às diretrizes do MST. Nessas circunstâncias é que teve origem a *Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento de Charqueadas* (COPAC), uma vez que a direção do MST orientava na época que todas as famílias assentadas procurassem organizar seu modo de produzir a vida a partir do modelo de cooperativas de produção e comercialização agropecuária.

Na busca de orientar as famílias em um sistema complexo como uma organização cooperativa que requer a divisão social do trabalho, o setor estadual do MST realizou um período de cursos de qualificação a partir de um método de formação massiva chamado de *Laboratório Organizacional de Campo*. Após mais de 30 dias de intensa formação, todas as famílias do Assentamento Trinta de Maio passaram a organizar o seu trabalho de forma coletiva, em um sistema de cooperativa.

Assim nasceu a *Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas* – COPAC, pautada fortemente pelos princípios político-ideológicos do Movimento. A ata da assembleia geral de constituição da cooperativa data de 28 de julho de 1991. No documento consta que, das 46 famílias que constituem o assentamento, todas possuíam um representante legal

associado na cooperativa, composta por 65 sócio-fundadores. Segundo a ata de fundação, a assinatura da mesma representava a “prova de livre vontade de cada um de organizar uma sociedade cooperativa”. Na assembleia geral de formação da cooperativa também foram aprovados o estatuto da sociedade cooperativa e o regimento interno.

Os objetivos da COPAC expostos na ata, apontavam para o desenvolvimento do bem estar e econômico dos associados, o desenvolvimento da produção agropecuária do trabalho coletivo, a tomada de decisões pautadas nos princípios da democracia participativa. Os agricultores relatam que, nos meses que antecederam a assembleia geral para a constituição oficial da COPAC, os assentados passaram por um período de 35 dias de intensa formação e capacitação política, econômica, técnica, administrativa e cultural, com vistas a criar uma consciência coletiva ideologizada para o trabalho organizacional em forma de uma Cooperativas de Produção Agropecuária – CPA. Esse período de formação massiva do quadro de assentados do Assentamento Trinta de Maio, o Setor Estadual do MST chamou de Laboratório Organizacional de Campo, amplamente utilizado em outros assentamentos do Rio Grande do Sul e de outros Estados, como parte preliminar do projeto de criação de cooperativas adotado pelo MST.

Na COPAC o trabalho coletivo está organizado em cinco setores de produção e serviços, que serão descritos a seguir:

- 1) Setor de Administração, Projetos, Finanças e Comercialização (chamado também de “Setor do Mercado”);
- 2) Setor de Produção Vegetal (agricultura, pomar e horta);
- 3) Setor de Produção Animal;
- 4) Setor de Alimentação, Saúde e Higiene;
- 5) Setor de Máquinas, Transportes, Mecânica e construção.

Cada setor tem uma coordenação e esta encaminha, de modo participativo, um plano semanal de atividade com sua equipe composta por quatro sócios da empresa, realiza um registro dos acontecimentos do setor que é levado para a assembleia ao sábado à tarde. As decisões e avaliações do trabalho coletivo são discutidas semanalmente e decididos os encaminhamentos para a continuidade do trabalho coletivo.

Em termos econômicos é remunerada a hora de trabalho com valor em R\$ igual para todos os sócios e a cada período de um semestre ou um ano é possível haver um rodízio dos setores conforme o interesse de cada sócio e da administração da cooperativa. Outra característica

da cooperativa é a preocupação de produzir primeiramente para o próprio consumo, sendo que as principais refeições (almoço e janta) são preparadas coletivamente com os produtos ali colhidos, que são produzidos em cada setor responsável e preparados pelo setor da *alimentação, saúde e higiene*.

Há, portanto, à semelhança da experiência descrita acima, muitos caminhos já percorridos e outros tantos ainda para conquistar pela prática efetiva do exercício da cidadania coletiva através de projetos da sociedade civil na busca de uma nova organização da vida em sociedade, que não reproduza a lógica da competição e da exploração do homem pelo homem. Esses espaços é que poderão constituir novos movimentos e formas de organizar a sociedade, que possam ser, desse modo, a esperança de grandes transformações no cenário político, econômico, cultural e social da atualidade. Pois a história humana é possibilidade, movimento e desafio de humanização (Freire, 1994) dos povos em seus processos socioculturais concretos.

4 DESAFIOS DO TRABALHO COLETIVO NOS PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

No atual contexto, construir novas possibilidades para viver em um mundo mais solidário, onde o princípio de coesão social passa a ser o interesse coletivo e a partilha dos saberes e dos frutos do trabalho, é uma utopia que realimenta os sonhos do paradigma da Educação Popular, mesmo em tempos de incertezas como os que hoje experienciamos no Brasil e no mundo. E, a grande maioria das experiências de economia solidária, que vem despontando no Brasil nas últimas duas décadas, demonstram um potencial emancipatório e criativo em termos de construir um mundo mais humanizado e uma cultura da vida comunitária (SINGER, 2002) sustentada em vínculos de solidariedade entre pessoas, famílias e grupos sociais populares.

Uma experiência pioneira alavancada na forma de política de governo foi o Programa de Economia Popular e Solidária do governo gaúcho (1999 – 2002). No Estado gaúcho, mais de 140 empreendimentos solidários, envolvendo aproximadamente 10 mil trabalhadores diretos, foram alvo de ações de capacitação, apoio técnico e jurídico, financiamento, comercialização e estruturação de cadeias produtivas (PINTO, 2006, p. 35).

A prática de parcerias entre grupos organizados em diferentes setores e formas organizativas, que emergem das classes populares, mostra que é possível avançar em termos de criar alternativas diante do paradigma capitalista do trabalho assalariado. As cooperativas de trabalhadores autônomos em reciclagem de lixo no meio urbano, ou no trabalho dos assentados do MST, que pesquisei no período de 2006 a 2010 através do projeto *Por uma Pedagogia da Solidariedade* (do qual o presente texto é um recorte), demonstram que é possível superar a lógica reducionista em que vivemos subjugados a partir da estreita vinculação entre: trabalho – salário – consumo. Pois essa lógica reducionista é a forma como o Capital encontrou para regular, controlar e manter refém a maioria da população mundial.

Mas, para além da lógica do capital, as experiências de Economia Solidária em curso demonstram que os vínculos de solidariedade, fundamentando a organização do *trabalho coletivo*, produzem outras perspectivas para a produção e reprodução da vida em sociedade. Os trabalhadores não ficam mais refém de um poder concentrado nas mãos de poucos e, da mesma forma, são desafiados a desempenharem diferentes funções na organização cooperativada. Pois em determinado momento são coordenados e em outro período assumem liderança frente ao grupo. Mas independente da função e papel que exercem, mantém o direito de participarem e decidirem os rumos do projeto coletivo através de reuniões de planejamento e assembleias que deliberam as ações do coletivo.

Entretanto, nem tudo é tranquilo e fácil de ser construído nas experiências de Economia Solidária, onde o trabalho é organizado de forma coletiva, Pois essas experiências “nadam contra a correnteza”. Ou seja, a lógica hegemônica é muito forte e condiciona grande parte de nossos hábitos, formas de pensar e ver o mundo e a cultura que perpassa o cotidiano das relações humanas. Pois, via de regra, somos educados na perspectiva da competição e para priorizar nossos interesses individuais, onde cada um busca se destacar em relação aos demais.

Nesse sentido, muitos relatos e depoimentos que colhemos nas visitas de campo no Assentamento Trinta de Maio em Carqueadas-RS revelaram as principais dificuldades enfrentadas pela lógica da organização coletiva do trabalho através dos setores que constituem o funcionamento da Cooperativa desse assentamento. O maior entrave é a tendência ao individualismo que permanece sempre latente no íntimo de cada ser humano. A lógica do capitalismo a partir do qual todos nós fomos formando uma visão de mundo nos condicionou em vários aspectos, tais como: o imediatismo nos resultados do trabalho, a imposição de nosso modo

de pensar em relação aos demais, a ausência do diálogo e do debate coletivo, a dificuldade de aceitar as críticas, a resistência em relação aos princípios da auto-gestão, etc.

A partir do momento que os empreendimentos de economia solidária se organizam ancorados na lógica do trabalho coletivo, há uma aposta no poder do diálogo e na abertura para o entendimento entre os sujeitos envolvidos. Pois o maior ou menor sucesso do funcionamento dessa iniciativa reside na capacidade de todos trabalharem coletivamente. Entretanto, muitos sujeitos que constituem a base de uma cooperativa, ou associação estão fortemente condicionados pelo individualismo e pela lógica competitiva. Assim, teremos diferentes formas de resistência ao trabalho organizado coletivamente e remunerado de forma igualitária (onde apenas se contabiliza a carga horária de cada um segundo o que de fato foi trabalhado).

A COPAC, que descrevemos acima sua forma de organizar e planejar o trabalho coletivo a partir de cinco diferentes setores, busca superar as resistências à lógica da solidariedade e das ações organizadas coletivamente a partir de dois princípios que radicalizam a democracia, a saber: a) estimulando a participação de todos nas reuniões e assembleias de avaliação e planejamento, respeitando, sobretudo, a diversidade de gênero e faixa etária; b) organizando o rodízio do trabalho em diferentes setores, segundo o interesse de cada um e as condições de uma convivência mais amistosa entre o grupo pelas afinidades e empatias que naturalmente vão se formando no coletivo.

Dessa forma, os maiores desafios que os empreendimentos de economia solidária enfrentam no atual contexto estão relacionados a capacidade ou não de construir processos educativos para consolidarem uma cultura da cooperação e da solidariedade a partir da organização do trabalho coletivo. Para além da formação de uma cooperativa ou associação de produção e comercialização solidária, encontram-se os desafios da cultura da cooperação, que exige uma visão de mundo pautada nos valores humanistas onde a pessoa humana está acima das coisas materiais, ou das mercadorias. E isso não é pouca coisa, pois infelizmente na lógica do capital as mercadorias valem cada vez mais em relação às pessoas. É uma lógica invertida, que se volta contra a própria humanidade e a vida de nosso planeta, cada vez mais destruído e condenado a sofrer grandes catástrofes devido à ganância e estupidez da espécie humana.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um primeiro aspecto de fundamental importância para a Educação Popular, e que está diretamente ligado com uma concepção de história como possibilidade, é a visão de mundo relativa e não relativista frente à verdade e/ou o sentido da história humana e da vida em sociedade. Ou seja, não há apenas uma forma de luta em prol da transformação social, e o movimento operário, por maior força que teve e tem nos processos de transformação na história da humanidade, não é a única força histórica que desponta na contemporaneidade como perspectiva de libertação humana. Assim como reafirmou Freire (1994) hoje, precisamos reinventar nossas formas de luta e unir os diferentes para lutar contra os antagonismos. Pois, a história humana é muito mais um devir (vir a ser) do que realizações já efetivadas.

Nessa perspectiva, a unidade na diversidade é o caminho mais fecundo e criativo para que, mantendo a utopia e o projeto de transformação social, possamos impulsionar novas práticas libertárias capazes de romper com a inércia das massas populacionais hoje anestesiadas pela cultura industrial e pela lógica de funcionamento das mídias que hoje controla grande parte das consciências.

A partir de cada realidade local, ou regional, é possível articular movimentos mais amplos de resistência, de lutas e caminhos alternativos rumo à construção de um mundo mais livre, humano e solidário. Esse é um caminho que as experiências de economia solidária vem construindo, de articularem-se em redes de trocas e fortalecimento da produção e consumo solidário e responsável em termos sociais e ambientais.

A luta pelos direitos humanos, igualmente, é uma expressão do potencial e da diversidade das lutas necessárias em uma sociedade cada vez mais complexa e desafiadora. As demandas são específicas, em um primeiro momento, mas há tramas que constituem a unidade da luta pelo respeito à dignidade das pessoas humanas. Essa unidade do movimento popular é algo que se constrói socialmente como uma tarefa que está na frente, pois nasce das diversidades existentes na realidade local, específica. É nesse sentido que,

As mulheres, enquanto pessoas iguais aos homens, exigem que se respeite e não se discrimine sua diferença; os indivíduos de diferentes etnias, enquanto cidadãos iguais aos outros, exigem a dignidade da sua diferença; as regiões periféricas levantam-se num processo similar diante dos centros metropolitanos (PALMA, 1994, p. 36-37).

Portanto, os desafios colocados para a Educação Popular na perspectiva de desenvolver



projetos com potencial de emancipação social, apontam para a necessidade de dialogar com novas experiências de luta contra-hegemônica e de construção de uma cultura de resistência diante dos processos de exclusão social. Assim, enquanto ‘algo novo’ se colocam as experiências de economia solidária na busca de construir uma nova cultura do trabalho coletivo e do empoderamento dos oprimidos na luta por transformações sociais mais amplas em favor das classes populares.

LA EDUCACIÓN POPULAR Y ECONOMÍA SOLIDARIA: ESTUDIO DE UNA EXPERIENCIA EN RIO GRANDE DO SUL

RESUMEN

El texto busca contribuir al tema de discusión de la Educación Popular y Economía Solidaria con un enfoque en los procesos pedagógicos con experiencia en una experiencia de organización de base, que se desarrolla a partir de la iniciativa del Movimiento Popular Social. El universo de la investigación empírica está directamente relacionada con proyectos de empresas cooperativas y asociaciones, que buscan construir alternativas de cambios socio-económicos y culturales en la perspectiva de la organización de la sociedad ante el reto de la emancipación social. El objetivo principal del estudio, y contribuir al análisis de los experimentos en curso de la asociación y de la Economía Solidaria en el estado de RS, es conocer los procesos pedagógicos que se están construyendo en las relaciones entre los diferentes saberes de los sujetos implicados directamente en los proyectos y asociativo las relaciones con estos procesos sociales más amplios. Para este propósito, y discutir las formas de desarrollo y socialización del conocimiento frente al desafío de una praxis de transformación social de los proyectos que luchan por la construcción efectiva de un nuevo ethos cultural en América Latina. Desde esta perspectiva, la obra de Freire es la referencia central para el análisis de la consistencia de la enseñanza de los proyectos sociales necesarios para una transformación cultural que tiene por objeto permitir una nueva cultura basada en el principio del trabajo en equipo y solidaridad.

Palabras clave: Educación. Economía solidaria. Movimientos Sociales.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. Ética de la Liberación. In: **Ética do Discurso e Filosofia da Libertação - Modelos Complementares**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Pedagogia da esperança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **A sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'água, 1995.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



- GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.
- GOLSALVES, Elisa Pereira. Educação Popular: entre a modernidade e a Pós-modernidade. In: **Educação Popular**. São Paulo: Loyola, 1998.
- PALMA, Diego. O clima da Pós-modernidade, a crise e a educação Popular. In: **O Pêndulo das Ideologias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- PINTO, João Roberto L. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as Ciências**. Porto: Ed. Afrontamento, 1993.
- _____ (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.
- _____ (Org.) **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002b.
- _____ Os Novos Movimentos Sociais. In: LEHER e SETÚBAL (Org.) **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. (Org.) **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ZITKOSKI, Jaime José. **Horizontes da Refundamentação em Educação Popular: um diálogo entre Freire e Habermas**. Frederico Westphalen: EDURI, 2000.

Recebido em 15 de novembro de 2011. Aprovado em 21 de novembro de 2011.